



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência:

Nossa Referência: FP-233/2017

Data: 16/10/2017

Ex.^{mo} Senhor

Ministro da Educação

Ministério da Educação

Av. 5 de Outubro, 107

1069-018 Lisboa

Assunto: Ainda a reunião solicitada pela FENPROF, para hoje, rejeitada pelo Ministério da Educação

Senhor Ministro,

Pelo ofício que nos foi enviado, provavelmente, não terá compreendido a razão por que a FENPROF solicitou uma reunião a V.^a Ex.^a com caráter de tanta urgência, passando-se, por esse motivo, a explicar mais detalhadamente:

. Na reunião realizada no ministério das Finanças, em 12 de outubro, p.p., os membros do governo que participavam confessaram não compreender o sentido do, agora, artigo 36.º da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2018, informando tratar-se de um texto proposto pelo ministério da Educação, mas cujo alcance desconheciam;

. Por essa razão, a senhora secretária de estado da Administração Pública informou que esse artigo seria retirado da proposta de lei, remetendo a negociação específica da carreira docente para o ministério da Educação, indicando as Finanças o seu, ou seus, representante(s) para a mesa a constituir;

. Na sequência desta afirmação, a FENPROF, procurando não perder tempo, face a proposta tão negativa para o descongelamento da carreira docente, decidiu, de imediato, solicitar reunião a V.^a Ex.^a para definição do calendário negocial;

. Estranha, pois, a FENPROF, por um lado, a recusa de V.^a Ex.^a em reunir durante o dia de hoje com o objetivo que se reitera, por outro lado, a manutenção daquele artigo na proposta de lei, contrariamente ao que fora assumido em sede de negociação geral;

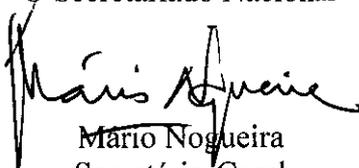
. A FENPROF admite que os termos e a forma como se dirigiu a V.^a Ex.^a estejam desalinhados com uma prática e propósito de diálogo, todavia, estão em linha com a postura recente do ministério da Educação nesse domínio. Para além da recusa de realização da reunião solicitada, podem recordar-se outros, recentes, tais como: a forma como o ME decidiu não resolver os problemas que criou na colocação de docentes em sede de mobilidade interna; a forma como concluiu o processo negocial de revisão do regime de concursos; a indisponibilidade, em junho passado, para convergir em torno de uma plataforma mínima de consenso sobre matérias relacionadas com o exercício profissional docente; ou a ausência de qualquer iniciativa, apesar de já terem passado sete meses, que

vise dar cumprimento aos compromissos firmados na Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente, realizada em Edimburgo.

Para a FENPROF, as razões que levaram ao pedido de reunião mantêm-se, pelo que se reitera o mesmo.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretariado Nacional



Mário Nogueira
Secretário-Geral